



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140764 - CE (2021/0000783-1)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : JOSÉ DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : GALDINO GABRIEL RODRIGUES - CE032355  
LUIS TEOFILO MARQUES LOPES - CE041211  
MARCELO RODRIGUES DA SILVA - CE035205  
LEONARDO MATEUS NEGREIROS BARBOSA - CE044362  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**CORRÉU** : JOHNY HERBETH SOUSA ROCHA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSÉ DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0637744-40.2020.8.06.0000), assim ementado:

*HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL.  
ROUBO MAJORADO. ART. 157, § 2.º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. PRISÃO PREVENTIVA.  
1. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONFIGURAÇÃO. DEMORA ACIMA DO RAZOAVELMENTE ACEITO. EXCEPCIONAL PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA PELO *MODUS OPERANDI* E ANTECEDENTES CRIMINAIS QUE IMPEDE A SOLTURA IMEDIATA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 52 E 64, DO TJCE. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE POR PARTE DO ESTADO. GARANTISMO PENAL INTEGRAL.  
2. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, com recomendação ao magistrado a quo para que envide esforços no sentido de dar maior celeridade ao feito, tendo em vista tratar-se de processo com réu preso.

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Sustenta que deve relaxada a prisão preventiva em razão do excesso de prazo na formação da culpa ou revogada em razão da ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente, o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente